



D.H. do Plenário.
Em 16/02/17
[Signature]

Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas

Bancada do PT
PROJETO DE LEI

Câmara Municipal de Pelotas	
Documento Protocolado	
Sob Nº	866
Em	15/02/17
<i>[Signature]</i>	
Responsável	

VEDA O ASSÉDIO MORAL NO
ÂMBITO DA ADMINISTRA-
PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA,
INDIRETA E FUNDAÇÕES
DE PELOTAS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1.º - Fica vedado o assédio moral no âmbito da administração pública municipal direta, indireta e fundações públicas, submetendo servidor a procedimentos que impliquem em violação de sua dignidade ou, por qualquer forma, que o sujeitem a condições de trabalho humilhantes ou degradantes.

Artigo 2.º - Considera-se assédio moral para fins de que trata a presente Lei, toda ação, gesto ou palavra, praticada por agente, servidor, empregado, ou qualquer pessoa que, abusando da autoridade que lhe confere seu cargo e/ou suas funções, tenha por objetivo ou efeito atingir a auto-estima e auto determinação do servidor, com danos ao ambiente de trabalho, ao serviço prestado ao público e ao próprio usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcionais do servidor, especialmente:

I - determinando o cumprimento de atribuições estranhas ou de atividades incompatíveis com o cargo que ocupa, ou em condições e prazos inexecutáveis;

II- designando para o exercício de funções triviais e exercente de funções técnicas, especializadas, ou aquelas para que as quais, de qualquer forma, exijam treinamento e conhecimento específicos;

III - apropriando-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem;

Parágrafo Único- considera-se também assédio moral as ações, gestos e palavras que impliquem:

1- em desprezo, ignorância ou humilhação ao servidor, que o isolem de contatos com seus superiores hierárquicos e com outros servidores, sujeitando-o a receber informações, atribuições, tarefas e outras atividades somente através de terceiros;

2- na sonegação de informações que sejam necessária ao desempenho de suas funções ou úteis a sua vida funcional;

3- na divulgação de rumores e comentários maliciosos, bem como na prática de críticas reiteradas ou na subestimação de esforços, que atinjam a dignidade do servidor;

4- na exposição do servidor a efeitos físicos ou mentais adversos, em prejuízo de seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Artigo 3.º - Todo ato resultante de assédio moral é nulo de pleno direito.

Artigo 4.º - O assédio moral praticado pelo agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que exerça função de autoridade nos termos desta Lei, é infração grave e sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II- suspensão;
- III- demissão.

§ 1.º - Na aplicação da penalidade serão considerados os danos que dela provierem para o servidor e para o serviço prestado ou usuário pelos órgãos da administração direta, indireta e funcional, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais, aquelas comprovadas através do respectivo processo administrativo, pela autoridade administrativa que presidi-lo.

§ 2.º - A advertência será aplicada por escrito nos casos que justifique imposição de penalidade mais grave. A penalidade de advertência poderá ser convertida em frequência a programa de aprimoramento e comportamento funcional, ficando o servidor obrigado a dele participar regularmente, permanecendo em serviço.

§ 3.º - A suspensão será aplicada em caso de reincidência de punições com a pena de advertência. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na forma prevista no § único do artigo 249 da Lei 3.181/76 que regulamenta a matéria.

Parágrafo 4.º - A demissão será aplicada em caso de reincidência das faltas em suspensão.

Artigo 5.º - Por provocação da parte ofendida, ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática de assédio moral, será promovida sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo.

§ Único - Nenhum servidor poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou ser sancionado por ter testemunhado atitudes definidas neste artigo ou por tê-las relatado.

Artigo 6.º - Fica assegurado ao servidor, acusado da prática de assédio moral que as acusações que lhe forem imputadas serão apuradas por meio do devido processo legal, assegurados os princípios do contraditório e de ampla defesa, em conformidade com as normas constitucionais e legislação processual vigente.

Artigo 7.º - Os órgãos da administração pública municipal direta, indireta e fundações públicas, na pessoa de seus representantes legais, ficam obrigados a tomar as medidas necessárias para prevenir o assédio moral, conforme definido na presente Lei.

§ 1.º - Para os fins de que trata este artigo serão adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- 1. para o planejamento e a organização do trabalho:
 - a) levará em consideração a auto determinação de cada servidor e possibilitará o exercício de sua responsabilidade funcional e profissional;
 - b) dará a ele possibilidade de variação de atribuições, atividades ou tarefas funcionais;
 - c) assegurará ao servidor oportunidade de contatos com os superiores, ligando tarefas individuais de trabalho e oferecendo a ele informações sobre existências do serviço e resultados;
 - d) garantirá a dignidade do servidor.

2 - o trabalho pouco diversificado e repetitivo será evitado, protegendo o servidor no caso de variação de ritmo de trabalho;

3 - as condições de trabalho garantirão ao servidor oportunidades de desenvolvimento funcional e profissional no serviço.

Artigo 8.º - A receita proveniente das multas impostas e arrecadadas nos termos do artigo 4º desta Lei, será revertida e aplicada exclusivamente no programa de aprimoramento e aperfeiçoamento funcional do servidor.

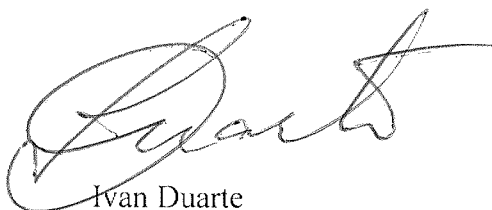
Artigo 9.º- Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta)dias.

Artigo 10.º - As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 11.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de Agosto de 2015

JUSTIFICATIVA
Em Plenário

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ivan Duarte', with a stylized flourish extending to the right.

Ivan Duarte
Vereador PT